



Número: **0836824-49.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/08/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GUSTAVO SOARES DE LIMA (AUTOR)		ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9008409	03/08/2017 09:26	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
9513431	01/09/2017 12:45	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
13449932	06/04/2018 11:24	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
17237672	18/10/2018 10:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
19145346	11/02/2019 18:29	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
19616794	07/03/2019 10:13	<a href="#">Petição</a>	Petição
19616829	07/03/2019 10:13	<a href="#">adm gustavo soares de lima BO</a>	Documento de Comprovação
19616839	07/03/2019 10:13	<a href="#">adm gustavo soares de lima hopistal</a>	Documento de Comprovação
19616847	07/03/2019 10:13	<a href="#">carta negativa</a>	Documento de Comprovação
20936869	05/05/2019 07:46	<a href="#">Devolução de Mandado</a>	Devolução de Mandado
24701231	24/09/2019 17:30	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24737438	25/09/2019 13:58	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
24737448	25/09/2019 13:58	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28658769	02/03/2020 11:00	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30400982	05/05/2020 18:59	<a href="#">Petição</a>	Petição
31285312	04/06/2020 15:49	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31287929	04/06/2020 17:48	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.

Justiça Gratuita

**GUSTAVO SOARES DE LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 714.956.704-57, residente e domiciliado na Rua Domingos Maranhão, 115, Centro, CEP: 58.322-000, Conde – Paraíba, *não possui email*, por seus advogados, adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do instrumento procuratório acostado, com escritório profissional sito à Av. Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre, nesta Capital, onde receberão as notificações e intimações de estilo que o caso requer, vem, com a devida venia, perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO JUDICIAL DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

**EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE e DESPESAS MÉDICAS**



em face da **BRADESCO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.055.146/0001-93, sediada no Parque Sólon de Lucena, nº 641, CEP 58.013-131, Centro, nesta cidade, devendo ser citado na pessoa de seu representante legal, o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados:

## **PRELIMINARMENTE**

### **Do Benefício da Gratuidade Processual**

O promovente, à luz do que dispõe a Lei nº 1.060/50 e o Art. 98 do CPC, vem à presença de Vossa Excelência requerer os benefícios da gratuidade processual por ser pobre na forma da lei, conforme atesta declaração acostada.

## **DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido, em **10.02.2015**, tudo conforme se depreende da cópia do Registro de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

**Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões, que os deixaram com sequelas irreversíveis a serem apuradas mediante perícia a ser realizada por médico especialista, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT).**

É sabido que a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92 e posteriormente pela Lei nº 11.482/2007, assegura o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, **notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

-



A PARTE AUTORA REQUEREU INDENIZAÇÃO VIA ADMINISTRATIVA (PROTOCOLO EM ANEXO), NÃO OBTENDO ATÉ A PRESENTE DATA QUALQUER RESPOSTA POSITIVA DA SEGURADORA RESPONSÁVEL, APENAS EXIGINDO DOCUMENTOS FORA DOS PREVISTOS NO ART. 5º DA LEI QUE REGE O PAGAMENTO PELO SEGURO DPVAT, QUE SÃO O BOLETIM DE OCORRÊNCIA E A PROVA DE QUE A VÍTIMA SOFREU LESÕES EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO, QUE É O PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO, TENDO SIDO DEVIDAMENTE ENCAMINHADO JUNTAMENTE COM O FORMULÁRIOS EXIGIDOS, POR ISSO DIFICULTANDO O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, ALÉM DE EXTRAPOLAR O PRAZO LEGAL PARA O REFERIDO PAGAMENTO.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Diante desses fatos, resta à parte requerente ingressar na justiça para fazer valer o direito dela.

## **DO DIREITO**

### **1. DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM***

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – **DPVAT**, conhecido popularmente como **SEGURO OBRIGATÓRIO**, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito da promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.



Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa da autora na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.”. (GRIFO NOSSO)

## 2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

“Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO SEGUROS S/A**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:



CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NA APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA SEGUROS DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. VÍTIMA FATAL DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURADORA INTEGRANTE DO CONVÊNIO DPVAT. LEGITIMIDADE PASSIVA. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. ARGUMENTAÇÃO DA SEGURADORA RECORRENTE QUE NÃO É CAPAZ DE MODIFICAR A DECISÃO ATACADA. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. Trata-se de Agravo legal em face da decisão terminativa que deu parcial provimento ao recurso de Apelação, reformando a sentença apenas para afastar a litigância de má-fé e fixar juros de mora a partir da citação 2. Concessão de indenização na quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de complementação do seguro DPVAT, por acidente automobilístico que vitimou o pai do apelado. 3. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva, tendo em vista que qualquer seguradora integrante do consórcio do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) pode ser acionada para pagar o valor da indenização de seguros. 4. Juros de mora contados a partir da citação, consoante o disposto no Enunciado Sumular 426 do STJ e correção monetária a partir da ocorrência do evento danoso. 5. Recurso a que se nega provimento. (TJ-PE - AGV: 3796438 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 17/03/2016, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Data de Publicação: 01/04/2016)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.””. (grifo nosso)



Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

*“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.* (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

#### 4. DO VALOR



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é regulamentado pela regra constante do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso

de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como

reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica

e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25%





(vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Incontroverso, portanto, que o valor que deverá ser pago a título de indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de debilidade permanente suportada em razão de acidente automobilístico. Devendo o valor exato ser aquilatoado mediante perícia médica, afim de que as debilidades da vítima sejam enquadradas na tabela anexa à lei.

## 5. DA POSTULAÇÃO

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b) ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor que corresponder à sequela proveniente da debilidade permanente suportada em virtude de acidente automobilístico, conforme a lei em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como também R\$ 269,61 (duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), além as correções legais e honorários sucumbenciais
- c) Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser a autora pobre na forma da lei;
- d) Caso seja necessária, seja designada audiência de conciliação;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, quais sejam: depoimento pessoal do representante legal do Réu, juntada de novos documentos e realização de perícia médica a ser realizada **por médico especialista**.



Dá-se à causa o valor de R\$ 13.769,61 (treze mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Nestes termos. Espera deferimento.

João Pessoa, 12 de julho de 2017.

***Fabio Carneiro Cunha Lima***

*Advogado – OAB/PB nº. 13.527*

***Ana Raquel de S. e S. Coutinho***

*Advogada – OAB-PB nº. 11.968*



## **Quesitos para a perícia:**

1- Queira o I. Dr. Perito se houve lesão à integridade física da vítima. Em caso afirmativo, queira esclarecer o seguinte:

2- Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso afirmativo favor identificá-las.

3- Se das sequelas identificadas quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros atingidos?

4- Se tal sequela causou redução na capacidade laborativa da vítima.

5- Queira o Dr. Perito esclarecer qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado?

6- Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se este (s) órgão (s) foi (foram) lesionado em função de acidente automobilístico ou outras causas?

7- Queira o Dr. Perito esclarecer se a diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado é de caráter permanente ou temporário?

8- Se houve redução de capacidade de um dos membros, em caso afirmativo, quais são os riscos de sobrecarga do outro membro? Em caso afirmativo, qual membro e de que forma?

9- Queira o Dr. Perito esclarecer tudo o mais que achar necessário.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº 0836824-49.2017.8.15.2001**

**I. QUANTO AO PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

A parte autora requereu a gratuidade de justiça.

Nos termos do § 8º do art. 99 do NCPC, intime a parte promovente para, no prazo de dez dias, juntar aos autos documentos que comprovem a necessidade do benefício processual (contracheque, declaração de imposto de renda etc.), bem como, que junte aos autos uma guia com os cálculos das custas obtida no site do TJPB, para fim de análise comparativa da sua renda auferida com o valor das custas processuais.

**II. QUANTO A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS**

Observo que a inicial, principalmente em relação aos documentos que a instruem (Id. 9008453, 9008448), foram anexados de maneira desorganizada o que dificulta o seu manuseio atentando contra a celeridade processual, além de ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, por não seguirem uma sequência lógica/inteligível.

Sendo assim, a forma/sequência como estão anexados tais documentos acaba por embarçar o exame de forma clara dos autos por parte deste Juízo e, por consequência, a compreensão das próprias partes, embarçando, também, o exame dos autos por parte do Tribunal, na hipótese de eventual recurso.



É dizer, de início já se teve obstada a análise da inicial em virtude da desordem dos arquivos, logo, durante toda a tramitação da presente demanda, este Juízo se deparará com a dificuldade de analisar as mencionadas provas.

A Resolução nº 185/2013, do CNJ dispõe:

Art. 14. Os documentos produzidos eletronicamente, os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos do Poder Judiciário e seus auxiliares, pelos membros do Ministério Público, pelas procuradorias e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração.

§ 1º Incumbirá àquele que produzir o documento digital ou digitalizado e realizar a sua juntada aos autos zelar pela qualidade deste, especialmente quanto à sua legibilidade.

**Art. 17. Os documentos digitalizados e anexados às petições eletrônicas serão classificados e organizados de forma a facilitar o exame dos autos eletrônicos.** – Grifei

Parágrafo único. **Quando a forma de apresentação dos documentos puder ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, deverá o juiz determinar nova apresentação e a exclusão dos anteriormente juntados.** – Grifei

Diante disso, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Resolução nº 185/2013, do CNJ e do art. 321 do CPC, **DETERMINO**:

I. INTIME a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar novamente os documentos identificados no primeiro parágrafo desta decisão, de maneira que atenda a uma ordem inteligível, bem como, preze pela legibilidade de tais documentos.

II. Fica a parte autora ADVERTIDA de que caso não atribuído aos arquivos eletrônicos (PDF) nomes condizentes com seu conteúdo - por exemplo, identidade, CPF, procuração etc. - não bastando meras referências genéricas, como doc. 1, doc. 2, doc. 3 etc., regularize a situação com a nova apresentação destes e a exclusão dos anteriores juntados, sob pena de não ser conhecida e indeferida a prova documental (Resolução CNJ n.º 185/2013, art. 17).

III. Decorrido o prazo de que trata o item “I”, deve o Cartório EXCLUIR os documentos anteriormente anexados de forma desorganizada e fazer nova conclusão para despacho.



João Pessoa, 1 de setembro de 2017.

**JUIZ GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO**

**2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0836824-49.2017.8.15.2001
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	(7)
Assunto:		[ S E G U R O ]	
Polo ativo:	AUTOR:	GUSTAVO SOARES DE LIMA	
Polo passivo:	RÉU:	BRADESCO SEGUROS S/A	

### CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo, sem manifestação da parte autora. Certifico, outrossim, que procedi a exclusão dos documentos ID 9008453 e 9008448, conforme determinado.

Dou fé.

JOÃO PESSOA, 6 de abril de 2018  
JOSE ALBERTO DE ALBUQUERQUE MELO





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº 0836824-49.2017.8.15.2001**

**DESPACHO**

Intime a parte autora, pessoalmente, para se pronunciar nos presentes autos, no **prazo de cinco dias**, sob pena de extinção da presente ação nos moldes do artigo 485, III e §6º., do CPC.

Aguarde-se os autos em cartório, após certifique-se e nova conclusão.

João Pessoa, 18 de outubro de 2018.

**JUIZ GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO**

**2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**



**2ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

Nº do processo: 0836824-49.2017.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Assunto(s): [SEGURO]

Autor: Nome: GUSTAVO SOARES DE LIMA  
Endereço: Rua Domingos Maranhão, 115, Centro, CONDE - PB - CEP: 58322-000

Réu: Nome: BRADESCO SEGUROS S/A  
Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte, GUSTAVO SOARES DE LIMA, com endereço: Rua Domingos Maranhão, 115, Centro, CONDE - PB - CEP: 58322-000, para os termos do despacho abaixo transcrito.

Despacho: *Intime a parte autora, pessoalmente, para se pronunciar nos presentes autos, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção da presente ação nos moldes do artigo 485, III e §6º, do CPC.*

*Aguarde-se os autos em cartório, após certifique-se e nova conclusão.*

JOÃO PESSOA, em 11 de fevereiro de 2019.

De ordem, INALDO JOSE PAIVA NETO  
Mat.477.365-9



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

**GUSTAVO SOARES DE LIMA**, já qualificado nos autos, por seus advogados, adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do instrumento procuratório acostado, com escritório profissional sito à Rua Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre, nesta Capital, onde receberão as notificações e intimações de estilo que o caso requer, vem, perante Vossa Excelência, complementando o cumprimento do despacho retro, informar e requerer o que segue: **a juntada dos documentos necessários a instrução da presente demanda.**

Diante dos fatos, pugna pelo prosseguimento regular da presente demanda.

Nestes termos. Espera deferimento.

João Pessoa, 07 de março de 2019.

***Fabio Carneiro Cunha Lima***

*Advogado – OAB/PB nº. 13.527*

***Ana Raquel de S. e S. Coutinho***

*Advogada – OAB-PB nº. 11.968*



Secretaria da  
Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
Delegacia Geral Da Polícia Civil  
1ª Superintendência Regional De Polícia Civil  
Central de Polícia Civil de João Pessoa



GOVERNO  
DA PARAÍBA



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**  
**Nº 03074.01.2016.1.91.000**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 03074.01.2016.1.91.000, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Ao(s) 15 dias do mês de Agosto de 2016, nesta cidade de João Pessoa, Central de Polícia Civil de João Pessoa, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, **FRANCISCO DEUSEDIT LEITÃO FILHO**, comigo, **RIVALDO MARCOS DE SOUZA MELO**, Agente De Investigação, às 08:35 horas, compareceu **GUSTAVO SOARES DE LIMA**, nacionalidade BRASILEIRA, profissão SERVENTE DE PEDREIRO, naturalidade João Pessoa, data de nascimento 07 de Janeiro de 1991, idade 25, filiação FRANCISCA SOARES DA SILVA e LEVI FRANCISCO DE LIMA, Documento - RG: 4242614 SSP/PB, residente R.DOMINGOS MARANHÃO, 115, Centro, na cidade de Conde/PB, telefone (83) 93866-113

**DADO(S) DO(S) FATO(S)**

Ocorrência 1:

Data/Hora do Fato: 01/02/15 00:00

Tipo do Local: VIA FORA DO PERÍMETRO URBANO (RODOVIA, ESTRADA, ETC)

Local do Fato: [NÃO INFORMADO], Centro, Conde - PB

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que, no dia 01/02/2015, por volta das 00:00 horas, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CG 125 FAN KS, ano 2012, PRETA, PLACA OFH3597/PB, chassi: 9C2JC4110CN582223, Registrada em nome de GENILSON COST DO ESPIRITO SANTO, Pela BR 008/PB, Próximo ao município de Gurugi, um cachorro obstruiu sua passagem e ao tentar desviar, Perdeu o controle de direção caindo ao solo, e em decorrência desse fato Sofreu FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA, sendo admitido no dia 02/02/2015, por volta das 01:55:28 horas, no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, nesta capital.

Nada mais havendo a declarar, foi cientificado o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa (PB) 15 de Agosto de 2016

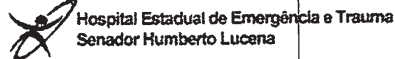
Gustavo Soares de Lima  
GUSTAVO SOARES DE LIMA

Notificante

Rivaldo Marcos de Souza Melo  
RIVALDO MARCOS DE SOUZA MELO  
Agente De Investigação

Procedimento: 03074.01.2016.1.91.000





Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim Joao Pessoa - Para'ba - Cep:58031-090 - CNES: 2593262 - FONE: (\*\*83) 3216-5736 / 3216-5775

Boletim de Atendimento Emergencial: 811552

<b>Identificação do paciente</b>			
ID 841257	Nome GUSTAVO SOARES DE LIMA	Sexo Masculino	
Data de nascimento 07/01/1991	Idade 24 anos 26 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião NAO INFORMADA
Mãe FRANCISCA SOARES DA SILVA	Pai LEVI FRANCISCO DE LIMA		
Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 93488094	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 4242614	Nº Cns 898004152262399	
Local de procedência CONDE	Tipo MUNICIPIO		UF PB
Email NAO INFORMADO	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R	
<b>Endereço</b>			
CEP 58322000	Município de residência CONDE	Logradouro RODRIGUES MARANHÃO	
Número 553	Complemento	Bairro CENTRO	
<b>Admissão</b>			
Data e Hora Prevista 02/02/2015 01:55:28	Número da pulseira 3023470	Convênio SUS	
Especialidade CLINICA GERAL	Clinica CLINICA	TRAUMA E GERAL	
Classificação de risco VERMELHA	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento URGÊNCIA	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS	
<b>Indicadores e Transporte</b>			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou		
<b>Sinais Vitais</b>			
PA _____ X _____ mmHg	Pulso	Temperatura	
<b>Exames complementares</b>			
Raio X [ ]	Sangue [ ]	Urina [ ]	TC [ ]
Liquor [ ]		ECG [ ]	Ultrasonografia [ ]
Dados clínicos			
Diagnóstico			CID
Atendido por JOSECELEA ARAUJO DA SILVA			Tempo 03min 14seg

Imprimir

02/02/2015 01:56





## Receituário Médico



Receituário Médico

Paciente Gustavo Soares, de  
hina, 29 anos, com história  
de acidente de moto no dia  
02/02/15, ocasionando fratura  
da clavícula esquerda, evoluindo  
com sinais clínicos e radiográficos  
de consolidação óssea, mas  
apresentando limitação funcional

Data: 10/04/15

Dr. Gustavo F. Mendonça  
Ortopedia / Cir. Quadril  
CRM-PB 6786 / FEOT 13240

Médico - CRM

F(NG).CC.002-1





## Primeiro Atendimento Médico

### PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:	IDADE:
-------------------	--------

#### DADOS CLÍNICOS – MECANISMOS DO TRAUMA

Paciente vítima de acidente de moto, apresentando  
edema e escoriações em face, além de possível  
fratura de calcâneo.

#### EXAME PRIMÁRIO

VIAS ☒ Pervas ( ) Obstruídas  
AÉREAS ☒  
CERVICAL IMOBILIZADA: ( ) Sim ☒ Não  
VENTILAÇÃO:  
TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA ☒ Sim ( ) Não  
RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA ☒ Sem dificuldade  
( ) Com dificuldade

#### ( ) VENTILAÇÃO MECÂNICA

#### ( ) APNÉIA

#### AUSCUTA PULMONAR:

##### 1- MURMÚRIO VESICULAR

HTD	<input checked="" type="checkbox"/> Presente e normal ( ) Rude ( ) Diminuído ( ) Ausente	HTE	<input checked="" type="checkbox"/> Presente e normal ( ) Rude ( ) Diminuído ( ) Ausente
-----	---	-----	---

##### 2- RUÍDOS

( ) sim ( ) Não	HTD	Roncos Sibilos Estertores	HTE	Roncos Sibilos Estertores
--------------------	-----	---------------------------------	-----	---------------------------------

FR: \_\_\_\_\_ imp SaO<sub>2</sub> \_\_\_\_\_

#### CIRCULAÇÃO

COR DA PELE: ( ) Normal ( ) Pálida ( ) Cianótica  
( ) Pletórica ( ) Ictérica  
TEMPERATURA DA PELE ( ) Normal ( ) Quente ( ) Fria  
PULSO ( ) Normal ( ) Aumentado  
( ) Fino ( ) Ausente

#### AUSCUTA CARDÍACA

RÍTIMO ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente  
BULHAS ( ) Normatonéticas ( ) Hipofonéticas  
( ) Hipofonéticas ( ) Ausente  
SOPRO ( ) Presente ( ) Ausente  
BE OU B4 ( ) Sim ( ) Não

FC: \_\_\_\_\_ bpm PA: \_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ mmHg T: \_\_\_\_\_ °C

ECG: \_\_\_\_\_

ABDOMEN: flácido indolor à palpação

#### DÉFICIT NEUROLÓGICO

Pupilas: ☒ Fotorreagente ( ) Paralisadas ☒ Isocóricas ( ) Anisocóricas (diferença = \_\_\_\_\_ mm)

#### Escala de Glasgow:

ABERTURA OCULAR		MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<4anos)		MELHOR RESPOSTA MOTORA	
Espontânea	4	Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos	5	Obedece aos comandos	6
À solicitação verbal	3	Confuso / Chora, mas é consolável	4	Localiza a dor	5
Ao contínuo estímulo	2	Palavras inapropriadas / Irritado (persistente)	3	Retira o Membro	4
Nenhuma	1	Sons incompreensíveis / Inquieto	2	Flexão anormal (decorticação)	3
		Nenhuma / Nenhuma	1	Extensão Anormal (decerebração)	2
				Nenhuma	1
TOTAL:	15				

F(NG).CC.001-1

ALTON R. FILHO  
-18 / Ctr. Joazeiro  
-18 - 1501 72957

CD: Reduced + Otto

Om deure

Kx mzy

re provided me with

⑤ *Endura* *lance*

58 | 70 | 70

Dr. Renata M. X. Dantas  
Cirurgia Bucocomaxillofacial  
CRO-PA - 4525

#273MF # (02102115 - 02:50)  
 1. Focite w/fin de acidente mto  
 2. vítima no avo 0102115, umidade  
 3. com frama de face. Neg. Alupky  
 4. com a oleque radiomafora.  
 5. morte a oleque radiomafora.  
 6. No monst. 107E, 1366, sup. 1015, avo  
 7. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 8. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 9. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 10. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 11. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 12. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 13. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 14. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 15. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 16. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 17. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 18. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 19. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 20. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 21. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 22. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 23. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 24. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 25. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 26. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 27. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 28. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 29. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 30. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 31. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 32. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 33. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 34. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 35. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 36. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 37. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 38. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 39. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 40. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 41. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 42. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 43. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 44. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 45. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 46. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 47. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 48. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 49. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 50. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 51. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 52. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 53. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 54. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 55. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 56. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 57. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 58. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 59. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 60. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 61. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 62. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 63. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 64. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 65. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 66. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 67. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 68. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 69. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 70. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 71. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 72. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 73. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 74. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 75. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 76. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 77. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 78. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 79. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 80. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 81. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 82. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 83. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 84. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 85. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 86. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 87. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 88. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 89. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 90. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 91. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 92. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 93. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 94. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 95. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 96. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 97. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 98. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 99. 1015, 1366, sup. 1015, avo  
 100. 1015, 1366, sup. 1015, avo



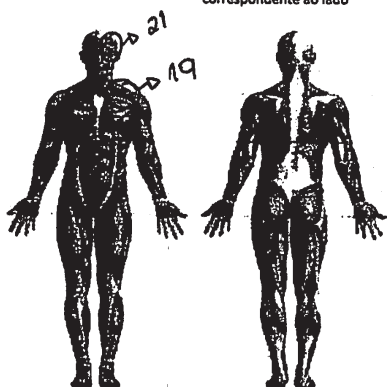


## EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☒ Não (-) Sim: \_\_\_\_\_  
 MEDICAMENTOS: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 IMUNIZAÇÃO: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 PATOLOGIA: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 ALIMENTOS INGERIDOS: ( ) Não ☒ Sim: \_\_\_\_\_

## LOCAL DA LESÃO

Identifique o local com o número correspondente ao lado →



- |                        |                                 |
|------------------------|---------------------------------|
| 1 Abrasão              | 19 Fratura Óssea Fechada        |
| 2 Amputação            | 20 Fratura Óssea Aberta         |
| 3 Avulsão              | 21 Hematoma                     |
| 4 Contusão             | 22 Ingurgitamento Nervoso       |
| 5 Crepitação           | 23 Laceração                    |
| 6 Dor                  | 24 Lesão Tendínea               |
| 7 Edema                | 25 Luxação                      |
| 8 Empalamento          | 26 Mordedura                    |
| 9 Efisema subcutâneo   | 27 Movimento torácico paradoxal |
| 10 Esmagamento         | 28 Objeto Encravado             |
| 11 Equimose            | 29 Otorragia                    |
| 12 F. Arma Branca      | 30 Paralisia                    |
| 13 F. Arma de Fogo     | 31 Paresia                      |
| 14 F. Contuso          | 32 Parestesia                   |
| 15 F. Cortante         | 33 Queimadura                   |
| 16 F. Corto-Contuso    | 34 Rinorragia                   |
| 17 F. Perfuro-Contuso  | 35 Sinais de Isquemia           |
| 18 F. Perfuro-Cortante | 36                              |

OBS.:

## QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma%) \_\_\_\_\_ % Graus de queimadura: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau

## EXAMES SOLICITADOS

☒ Radiografias  
 ( ) Ultrassonografia (FAST)  
 ( ) Tomografia computadorizada

( ) Lavado peritonial  
 ( ) Gasometria arterial  
 ( ) Tipagem sanguínea

## PROCEDIMENTOS REALIZADOS

CONDUTAS E PROCEDIMENTOS	CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO
1		
2 1º atendimento		
3		
4 05R2 1000ml EV		
5		
6 2º oxigenação 10Lp + 100 EV		
7		
8 3º fluidos 400g + 100 EV		
9 Redução + Oito		
10		

## SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicito parecer da BME / ORTOPEDISTA às \_\_\_\_\_ do dia 02/02/15  
 Solicito parecer da \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ do dia \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

## DESTINO DO PACIENTE

DATA \_\_\_\_\_  
 SAÍDA \_\_\_\_\_  
 HORAS: \_\_\_\_\_

( ) Centro cirúrgico  
 ( ) Transferência (unidade de saúde)  
 ( ) Internado (setor)  
 ( ) Alta hospitalar ( ) Decisão médica ( ) A pedido ( ) A revalia ( ) Desistência  
 ( ) Óbito ( ) Até 48 hs. ( ) Após 48 hs. ( ) Família ( ) JIML ( ) SVO

ASSINATURA/CARIMBO

ASSIN

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL



ASSIN

F(NG).CC.001-1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-900

*Gustavo Soares de Lima*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério da Fazenda  
Receita Federal  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número  
714.956.704-57

Nome  
GUSTAVO SOARES DE LIMA

Nascimento  
07/01/1991

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL  
NOME  
4.242.614  
GUSTAVO SOARES DE LIMA

DATA DE EXPEDIÇÃO  
28/04/2014

FILIAÇÃO  
LEVI FRANCISCO DE LIMA  
FRANCISCA SOARES DA SILVA

NATURALIDADE  
JOÃO PESSOA-PB

DATA DE NASCIMENTO  
07/01/1991

NASC. N. 8004 FLS. 49 LIV. A. 09  
GABRIEL CONDE PE

Assinatura da Polícia Científica  
Assinatura do Titular

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

De - 5/8528/14

9386-13



Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **GUSTAVO SOARES DE LIMA**

Nº Sinistro: **3170352357**  
Vitima: **GUSTAVO SOARES DE LIMA**  
Data do Acidente: **01/02/2015**  
Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170352357**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12176444

Pag. 00243/00244 - carta\_16 - INVALIDEZ

00020122



## CERTIDÃO

Certifico, para todos os fins de direito, que, em cumprimento ao respeitável mandado, dirigi-me à Rua Domingos Maranhão, 115, centro, e ali sendo, DEIXEI DE CITAR o Sr. GUSTAVO SOARES DE LIMA, em virtude deste ser tido como pessoa desconhecida, naquela localidade, conforme informações dada por moradores locais, com os quais busquei informações, dentre eles, a Sra. Francisca Carlos de Oliveira, comerciária local.

Face ao exposto, devolvo mandado a Cartório, para fins de direito. Dou fé.

Conde, 02 de Abril de 2019.

Francisco de Araújo Salviano

Oficial de Justiça.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital\***

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0836824-49.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual requerida.

**Certifique se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.**  
**Em caso positivo, voltem os autos conclusos.**

Em caso negativo, nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter, por hora, ao Centro de de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera.

Diante disso, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC.

P.I.

João Pessoa, 23 de setembro de 2019.

**Juíza de Direito**  
**2ª Vara Cível da Capital**





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0836824-49.2017.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ S E G U R O ]  
Polo ativo: AUTOR: GUSTAVO SOARES DE LIMA  
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, em cumprimento ao despacho último, de que tramita perante a douta 7ª Vara Cível da Capital, ação idêntica a que tramita perante esta 2ª Vara Cível, inclusive a mesma data em que ocorreu o acidente, em 10.02.2015, conforme consta abaixo;

#### DOS FATOS

O promovedor é vítima de acidente automobilístico em **10.02.2015**, tudo conforme se depreende da cópia do Relatório de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

JOÃO PESSOA, 25 de setembro de 2019  
JOSE ALBERTO DE ALBUQUERQUE MELO





**Poder Judiciário da Paraíba**  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**0836824-49.2017.8.15.2001 [SEGURO]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**CERTIDÃO**

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 25 de setembro de 2019

JOSE ALBERTO DE ALBUQUERQUE MELO

Analista/Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital\*\*\***

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0836824-49.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para falar sobre a certidão constante no id. 24737438, em 10 (dez) dias, e, na oportunidade, requerer o que de direito.

P. I.

JOÃO PESSOA, 2 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

**GUSTAVO SOARES DE LIMA**, já qualificado nos autos, por seus advogados, adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do instrumento procuratório acostado, com escritório profissional sito à Rua Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre, nesta Capital, onde receberão as notificações e intimações de estilo que o caso requer, vem, perante Vossa Excelência, complementando o cumprimento do despacho retro, informar e requerer o que segue:

**Observa-se a distribuição equivocada de ação idêntica perante a 7ª Vara Cível da Capital, sendo o presente juízo prevento, no entanto. Portanto diante da litispendência aquela ação deverá ser extinta.**

Diante dos fatos, pugna pelo prosseguimento regular da presente demanda.

Nestes termos. Espera deferimento.

João Pessoa, 05 de maio de 2020.

***Fabio Carneiro Cunha Lima***

*Advogado – OAB/PB nº. 13.527*

***Ana Raquel de S. e S. Coutinho***

*Advogada – OAB-PB nº. 11.968*







**Poder Judiciário da Paraíba**  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

0836824-49.2017.8.15.2001 [Seguro]  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**CERTIDÃO**

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 4 de junho de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS

Analista/Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0836824-49.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Considerando a certidão da serventia, sobre a existência de outra ação idêntica a esta, porém, distribuída um ano depois, de modo que a primeira distribuição/registro foi deste processo, o qual ocorreu em 03.08.2017, reconheço a competência deste juízo, em razão da prevenção.

Diante disso, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPMEC.

Comunique-se ao juízo da 7ª Vara Cível sobre a existência desta ação, informando a identidade de ação com o processo de nº 0865211-40.2018.8.15.2001, distribuído àquele juízo em 21.11.2018.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 4 de junho de 2020.

Juiz(a) de Direito

